

O Reino Unido e a Alemanha Após o “Brexit”: as Trajetórias Inversas de Duas Potências Europeias

Patricia Daehnhardt

Professora Auxiliar de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Lusíada de Lisboa e investigadora do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI – NOVA). É doutorada em Relações Internacionais pela London School of Economics and Political Science.

Resumo

O “Brexit”, a saída do Reino Unido da União Europeia, marcou um terramoto político na história da integração europeia. O “Brexit” definirá trajetórias inversas para duas potências europeias: a Alemanha, empenhada em manter os seus compromissos no projeto europeu e na Aliança Atlântica; e o Reino Unido, que permanece na Aliança Atlântica mas opõe-se ao aprofundamento político-institucional europeu, e que acabará por desvincular-se da União Europeia. À trajetória de afirmação da Alemanha na Europa corresponde, inversamente, a trajetória de recuo europeu do Reino Unido. Enquanto o Reino Unido opta pela sua retirada do palco europeu, com repercussões internacionais, a Alemanha encontra-se na posição de “potência do meio”, como líder de uma União Europeia desunida, numa inversão dos papéis que sugere uma Alemanha cada vez menos relutante no seu protagonismo internacional e um Reino Unido em recuo. Este paradoxo produz um desequilíbrio nas relações entre os Estados europeus. O artigo articula as leituras diferenciadas de política externa e de defesa alemã e britânica e como é que Berlim e Londres poderão posicionar-se para amortecer os efeitos da crise na Europa do “pós-Brexit”.

Abstract

United Kingdom and Germany after Brexit: Opposite Trajectories for Two European Powers

The Brexit vote, the departure of the United Kingdom from the European Union, marked a political earthquake in the history of European integration. Brexit will set opposite trajectories for two European powers: Germany, engaged in maintaining its commitments in the European project and in the Atlantic Alliance; the United Kingdom, which remains in the Atlantic Alliance but opposes the European political and institutional deepening, will eventually disassociate itself from the European Union. Germany's trajectory of European assertion corresponds, conversely, to the trajectory of UK's European retreat. While the United Kingdom opts for its withdrawal from the European stage, with international repercussions, Germany finds itself in the position of a 'power of the middle', as leader of a disjointed European Union, in a reversal of roles suggesting a less reluctant Germany in its international role and a United Kingdom in retreat. This paradox produces an imbalance in relations between European states. The article articulates different readings of German and British foreign and defense policies, and how Berlin and London can position themselves to cushion the effects of the crisis in post-Brexit Europe.

Introdução

Diferentes modelos embrionários de ordens regionais e a competição pela definição de uma nova ordem global parecem confirmar a erosão da ordem internacional liberal e o possível “fim do Ocidente” como paradigma dominante definidor da ordem entre os Estados (Walt, 2016). Num mundo em grande fluxo e mudança contínua, onde o contexto estratégico é cada vez menos previsível, a multipolaridade afirma-se num contexto de crescente rivalidade geopolítica onde convivem diferentes versões de *Consensus* – uma definição de ordem internacional percebida por aquele que a defende como ordem vigente – o “Consensus de Washington”, o “Consensus de Beijing”, o “Consensus de Bruxelas, de Nova Deli ou de Brasília” é revelador da procura simultânea de um modelo de ordem que oriente os Estados não hegemônicos bem como da competição entre esses modelos¹. Isto produziu uma crise geopolítica, onde potências emergentes com políticas externas revisionistas são fatores exógenos desestabilizadores, mas onde transformações radicais endógenas do próprio Ocidente, como o “Brexit”, os populismos nacionais e a presidência de Donald Trump nos Estados Unidos parecem igualmente contribuir para a erosão da ordem internacional liberal dentro do espaço Euro-Atlântico. Ao mesmo tempo, a possível erosão desta ordem enfraquece a solidez das democracias liberais, e, por implicação, a robustez do projeto de integração europeia. Este projeto de integração foi abalado pela opção de saída do Reino Unido da União Europeia em junho de 2016. O “Brexit”, como ficou conhecido, marcou um terramoto político na história da integração europeia: foi a primeira vez que um Estado-membro optou por deixar a União Europeia, e trata-se de um dos três grandes Estados europeus, o Reino Unido, para além da França e da Alemanha. Como afirmou recentemente Denis MacShane (2017), antigo Ministro de Estado britânico para a Europa, “o ‘Brexit’ é a maior ação de diminuição de influência já visto na história das relações internacionais da Grã-Bretanha”. MacShane está convencido de que “quando a Grã-Bretanha deixar a União Europeia, o país sofrerá a maior perda de influência da política externa de há séculos”². Há mais de meio século, em 1962, o Secretário de Estado norte-americano Dean Acheson, afirmou que após o fim da Segunda Guerra Mundial, a Grã-Bretanha tinha perdido um império, mas ainda não tinha encontrado o seu novo papel (Cooper, 2012, p. 1202). Com o “Bre-

1 Ver por exemplo a compilação sobre esta temática da revista *Foreign Affairs* de março 2017. Disponível em https://www.foreignaffairs.com/system/files/pdf/anthologies/2017/b0033_0.pdf.

2 Ao longo do artigo optou-se por usar as expressões Reino Unido e Grã-Bretanha de forma indiferente, assumindo o governo de Westminster em Londres como o principal decisor político no processo de tomada de decisão em política externa.

xit”, o Reino Unido volta mais uma vez a entrar em águas inexploradas, num percurso que, como é argumentado neste artigo, lhe limita consideravelmente a margem de manobra na sua política externa, na Europa e globalmente.

Para o Reino Unido e a Alemanha, as duas potências europeias cujas posições são objeto desta análise, o “Brexit” definirá trajetórias inversas: o Reino Unido, que permanece na Aliança Atlântica mas opõe-se ao aprofundamento político-institucional europeu, acabará por desvincular-se da União Europeia; a Alemanha, empenhada em manter os seus compromissos no projeto europeu e na Aliança Atlântica, assumirá, inevitavelmente, uma posição ainda mais forte. Assim, a trajetória de afirmação da Alemanha na Europa corresponde, inversamente, à trajetória de recuo europeu senão global do Reino Unido. Enquanto o Reino Unido opta pela sua retirada do palco europeu, com repercussões internacionais, a Alemanha encontra-se na posição de “potência do meio” (Münkler, 2015; Janning e Möller, 2016), como líder de uma União Europeia desunida, numa inversão dos papéis que sugere uma Alemanha cada vez menos relutante no seu protagonismo internacional e um Reino Unido, antiga grande potência europeia em recuo. Este paradoxo produz um desequilíbrio nas relações entre os Estados europeus e uma situação que não era inevitável, tendo em conta que havia pontos de concordância entre Londres e Berlim que pareciam sugerir, em diferentes alturas da história comum recente, que uma aproximação política e económica seria do interesse de ambos.

Neste artigo articulam-se as leituras diferenciadas de política externa britânica e alemã e analisa-se como é que Londres e Berlim poderão posicionar-se para amortecer os efeitos da crise na Europa do “pós-Brexit”.

Reino Unido e Alemanha: do Fim da *Pax Britannica* ao Fim da Guerra Fria

As relações entre a Alemanha e o Reino Unido sempre foram relações difíceis (Hill, 1996). Pouco tempo após o final da Segunda Guerra Mundial, em 1946, o antigo Primeiro-Ministro Winston Churchill, propôs a constituição de um projeto de “Estados Unidos da Europa” – assente numa reaproximação franco-alemã e onde o Reino Unido deveria “estar com a Europa, mas não ser da Europa” – *be with Europe but not of Europe* (Churchill, 1946). Esta afirmação de distanciamento do novo projeto da Europa ocidental – que visava ultrapassar antigos antagonismos europeus – foi feita num contexto de trajetória de declínio da antiga potência colonial britânica em curso desde a Primeira Guerra Mundial, cujo desfecho confirmara o Reino Unido como a última potência hegemónica global que, perante a incapacidade de manter esse estatuto, iria ceder o lugar aos EUA. Mas já no final do século XIX o papel de potência económica britânica fora ultrapassado pelas economias emergentes da Alemanha e dos EUA. Ao fim da primazia económica seguiu-se assim o fim da primazia política, tendo o fim da Segunda Guerra Mundial consolidado o fim da *Pax Britannica* – o sistema de ordenamento que durante séculos tinha mantido a

ordem internacional. Por outras palavras, em vez de optar por um alinhamento pelo projeto continental após 1945 na sequência do fim da *Pax Britannica*, a principal potência marítima europeia, optou ao invés, por reduzir voluntariamente o número de alternativas que lhe poderiam ter permitido manter um estatuto de grande potência europeia durante a Guerra Fria. Se é certo que ser um dos países vencedores da Segunda Guerra Mundial, um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas e uma potência nuclear lhe atribuía um estatuto prestigiante na política internacional, no contexto do espaço Euro-Atlântico, o seu papel de membro cofundador da NATO foi a única opção de política externa que lhe atribuía poder, e no seio dela, o Reino Unido sentia-se fortalecido (*empowered*) pela relação bilateral com os EUA.

Perante este cenário, uma aproximação à República Federal da Alemanha (RFA) e o desenvolvimento de uma aliança forte entre a RFA e o Reino Unido parecia ser uma opção possível. Porque é que ela nunca se concretizou? Porque é que perdurou, até hoje, “o fracasso britânico duradouro em construir uma relação especial com a República Federal”, como Christopher Hill (1996, p. 225) lhe chamou há vinte anos atrás? Se o Reino Unido definiu uma boa parte da sua política externa em função de uma relação próxima com os EUA, o seu sucessor como potência global ordenadora, porque é que Londres nunca tentou desenvolver uma relação comparável à que Washington prosseguia com Bona, a antiga capital da RFA?

Argumento que, se a história da Alemanha na primeira metade do século XX foi a razão aparentemente mais plausível, o posicionamento fundamentalmente divergente e mesmo oposto face ao projeto de integração europeia é outra razão relevante que explica a inexistência de uma relação especial entre Londres e Berlim e que, a existir, poderia talvez ter prevenido o “Brexit” e mesmo o crescente mal-estar nas relações transatlânticas.

Qual foi o posicionamento das políticas externas do Reino Unido e da República Federal da Alemanha durante a Guerra Fria?

No contexto transatlântico, o Reino Unido e a RFA tinham ambos uma relação forte com os Estados Unidos. O Reino Unido sentia-se fortalecido pela relação bilateral com os EUA e aquilo que os líderes britânicos continuam a descrever como a *special relationship*, a relação especial entre os dois países (Dumbrell, 2001). Para Londres, o elo anglo-saxónico atribuía-lhe um estatuto político especial de grande potência europeia, que unia Londres e Washington numa relação importante de partilha de informações entre duas potências nucleares e com assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, estatuto esse incomparável com a posição de uma Alemanha dividida. Tratava-se, contudo de uma relação bilateral desequilibrada, cuja relevância, principalmente desde a unificação alemã, tem vindo a ser desvalorizada por parte dos EUA para quem a Alemanha se tornou a principal potência europeia e aquela melhor posicionada para assumir um papel de potência

ordenadora na Europa. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos sempre defenderam a pertença do Reino Unido à União Europeia já que desta forma tinham uma ligação adicional para influenciar a política europeia.

Por seu turno, numa Europa dividida, a Alemanha dependia para a sua segurança das garantias de Washington, de um vínculo securitário permanente em tempo de paz e da proteção nuclear dos EUA. Sem os EUA, a República Federal teria sido integrada no bloco de Leste liderado pela União Soviética. Por isso o pilar fundamental da política de segurança alemã durante a Guerra Fria foi a integração da RFA na NATO em 1955. Com a unificação da Alemanha, em 1990, e o fim da Guerra Fria, manteve-se a continuidade na relação de segurança e defesa entre os dois Estados, tendo o Presidente norte-americano George Bush proposto, em maio de 1989, ainda antes da queda do “Muro de Berlim”, a elevação do estatuto de poder da Alemanha para uma posição de *primus inter pares* europeu, numa lógica de *partnership in leadership* (Bush, 1989)³. No contexto institucional do espaço Euro-Atlântico, na Aliança Atlântica, o Reino Unido tinha igualmente uma relação próxima de cooperação de segurança com os EUA, enquanto para a RFA a NATO continuava a ser um garante indispensável tanto da sua segurança como da Europa. Houve uma convergência de posições entre a Alemanha, a Grã-Bretanha e os EUA quanto ao alargamento da NATO depois da guerra na Bósnia na década de 1990, com a Alemanha como um dos principais impulsionadores.

No segundo pilar institucional do espaço Euro-Atlântico, nas Comunidades Europeias a Alemanha adotou uma postura europeísta, que mantém até hoje, considerando a União Europeia como essencial para que Berlim possa defender os seus interesses e normalizar a sua política externa num quadro altamente institucionalizado. Para o Reino Unido, as Comunidades Europeias nunca foram vistas como o centro de gravidade da Europa e como o principal foco de atenção dos EUA. Contudo, face ao seu declínio político e económico, tornar-se membro da Comunidade Económica Europeia (CEE) parecia a solução que melhor ia ao encontro dos interesses de Londres, opção que no entanto chegou a ser vetada duas vezes pelo Presidente francês Charles de Gaulle. Quando finalmente o Reino Unido aderiu à CEE em 1973, sob liderança do Primeiro-Ministro Edward Heath “reconheceu a centralidade da política europeia e ocidental” (Gaspar, 2015, p. 268). Contudo, com a sua entrada tardia, não se esperava que o Reino Unido assumisse uma posição de liderança na integração europeia: o elo de afinidade ao projeto europeu era reduzido.

3 A reação do Chanceler Kohl à proposta de Bush foi de recusa ténue, preferindo continuar a ancorar a RFA nas estruturas institucionalizadas, principalmente comunitárias, e evitar uma singularização da posição da Alemanha que pudesse facilitar uma posição unilateral. Desde então, os governos de Gerhard Schröder e de Angela Merkel têm evitado privilegiar o estatuto da relação bilateral.

Na realidade, a integração do Reino Unido e da República Federal da Alemanha na CEE seguiam lógicas opostas: enquanto para Londres era visto como um mecanismo para reforçar a soberania e interesses britânicos, para a RFA era um veículo para recuperar a legitimidade de prosseguir uma política externa própria (Daehnhardt, 2011). Adicionalmente, enquanto o objetivo da integração europeia para Londres devia seguir interesses económicos numa estrutura estritamente intergovernamental, a Alemanha verbalizou na primeira década após a sua unificação algumas ideias federalistas, como aconteceu com o discurso do Ministro dos Negócios Estrangeiros Joschka Fischer, em 2000, para grande desencanto dos britânicos (Fischer, 2000)⁴.

O então Primeiro-Ministro Tony Blair reconheceu a postura pouco integracionista dos britânicos quando afirmou em novembro de 2001: “a tragédia para a política britânica e para a Grã-Bretanha é que políticos dos dois partidos falharam consistentemente, não apenas na década de 1950, mas até hoje, em apreciar a realidade emergente da integração europeia. E ao fazê-lo, eles falharam nos interesses da Grã-Bretanha” (Blair, 2001). Para Blair, a política do Reino Unido para a Europa, no pós-guerra foi marcada por uma história de oportunidades perdidas: “primeiro, dissemos que [a integração europeia] não aconteceria. Depois dissemos que não funcionaria. E dissemos que não precisávamos dela. Mas aconteceu. E a Grã-Bretanha foi deixada para trás”. Depois de Edward Heath, Tony Blair foi provavelmente o Primeiro-Ministro mais europeu que o Reino Unido teve, mas o seu objetivo de colocar “a Grã-Bretanha no coração da Europa” nunca foi partilhado pela maioria dos britânicos. Para Tony Blair “a Europa é hoje a única via através da qual a Grã-Bretanha consegue exercer poder e influência. Se pretender manter o seu papel histórico como ator global (*global player*), a Grã-Bretanha tem que ser uma parte central da política europeia” (Blair, 1999, citado por Simms 2013, p. 500).

No quadro do pós-Guerra Fria, a política de segurança e defesa e o posicionamento de ambos os países quanto a intervenções militares internacionais colocava a Alemanha e o Reino Unido em lados por vezes opostos: a Alemanha mantinha uma

4 Fischer fez o seu discurso na Universidade de Humboldt, em Berlim, em 12 de maio de 2000, onde apresentou a sua visão quanto ao futuro da União Europeia, defendendo uma futura Federação Europeia assente num núcleo duro franco-alemão. O seu modelo assentava na expansão da cooperação reforçada entre aqueles Estados que pretendiam cooperar mais intensamente do que outros, através da criação de um centro de gravidade, um grupo *avant-garde*, que funcionaria como a força impulsionadora para a finalização da integração política que deveria, desde o início, incluir todos os elementos da futura federação. Apesar do discurso ter lançado o debate europeu sobre a reforma institucional da União, que viria a culminar no Tratado de Lisboa, em 2007, Fischer foi o último político alemão a falar publicamente dos “Estados Unidos da Europa” e numa perspetiva federalista, que nunca fora partilhada pelo Chanceler Gerhard Schröder, e que igualmente a sucessora deste, Angela Merkel, iria rejeitar.

contínua relutância face à sua participação em intervenções internacionais; constrangimentos legais e morais levavam a Alemanha a considerar o uso da força militar apenas em última instância, preferencialmente quando houvesse o aval das Nações Unidas para mandar a operação, e sempre de uma forma multilateral com os seus aliados com maior predisposição de envolvimento militar em operações internacionais (Daehnhardt, 2013).

Por outro lado, o Reino Unido nunca desenvolveu uma relação bilateral com a Alemanha à semelhança da relação franco-alemã. A reconciliação franco-alemã após a Segunda Guerra Mundial não é comparável ao nível alemão-britânico, uma relação pouco sólida em termos de aliança política, ou verdadeiramente previsível. A oposição da Primeira-Ministra Margaret Thatcher à unificação alemã não foi apenas resultado de um “thatcherismo *sui generis*”, mas reflexo de uma desconfiança mais generalizada dos britânicos face à Alemanha. Thatcher tinha uma ideia clara sobre a Alemanha:

“A Alemanha é (...) pela sua natureza, uma força mais desestabilizadora que estabilizadora na Europa. Apenas o empenhamento militar e político dos EUA na Europa e as relações próximas entre os outros dois Estados europeus mais fortes – Grã-Bretanha e França – serão suficientes para contrapor ao poder alemão; e nada disto será possível no seio de um Superestado Europeu.” (Thatcher, 1993, p. 791).

Importa fazer uma breve referência à relação entre as três potências europeias, a Alemanha, a França e o Reino Unido. Entre os três países nunca se estabeleceu uma relação triangular de aliança, nem em termos políticos, securitários ou económicos. Enquanto entre as primeiras duas a reconciliação franco-alemã após a Segunda Guerra Mundial foi um dos pilares da política externa da RFA e o fator central que possibilitou o projeto de integração europeu, o Reino Unido não só se manteve à margem das CEE como não foi capaz – ou por ausência de vontade política ou por incapacidade – de desenvolver ora com Bona ora com Paris uma relação de proximidade bilateral duradoura. A dificuldade de relacionamento entre as três potências europeias ficou bem caracterizada por Quentin Peel:

“Os britânicos estão muito irritados com o relacionamento alemão-francês. Eles querem fazer parte dele, mas, ao mesmo tempo, não querem. Penso que é mais sobre tentar separar a Alemanha da França. Eles querem ter laços bilaterais mais estreitos com a França na área de segurança e defesa e relações bilaterais mais próximas com a Alemanha no setor económico. Em geral, desconfiam do relacionamento alemão-francês.” (Peel e Carnegie, 2013).

Por seu turno, a Alemanha sempre teve dificuldade em entender a falta de compromisso do Reino Unido com a União Europeia, que se tornou um elemento central das estruturas democráticas da República Federal. Daí que para a Alemanha, a ideia de deixar a UE é inconcebível porque corresponderia a um enfraquecimento da própria democracia alemã.

Momentos de Convergência e Divergência entre Londres e Berlim

No contexto da política externa mais ampla, houve desde o fim da Guerra Fria momentos de convergência e divergência entre Londres e Berlim. Tanto o Reino Unido como a Alemanha apoiaram a política de alargamento da UE e da NATO, se bem que por razões diferentes. O primeiro, entre outras razões, porque numa União com mais Estados-membros seria mais difícil à Alemanha perseguir o seu objetivo de uma Europa mais integrada, algo a que os governos britânicos sucessivos se opuseram consistentemente (Dempsey, 2017). A segunda, porque não queria ser a fronteira entre uma Europa da integração e uma Europa de Leste dividida entre o Ocidente e a Rússia. O Reino Unido e a Alemanha apoiaram a estratégia de “alargamento democrático” da administração norte-americana de Clinton que foi testada, por exemplo, na guerra do Kosovo, onde a NATO levou a cabo uma intervenção militar contra o regime sérvio de Milosevic e onde a Alemanha participou na primeira operação militar ofensiva desde a Segunda Guerra Mundial. A convergência britânico-alemã quanto ao “alargamento democrático” levou ainda à posição comum no reconhecimento da independência do Kosovo e na adesão dos países bálticos, Bulgária, Roménia, Eslováquia e Eslovénia à NATO. Mas na cimeira da NATO em Bucareste, em abril de 2008, Berlim e Paris, tendo em conta preocupações securitárias russas e os próprios interesses de fornecimento energético, opuseram-se à integração imediata da Ucrânia e da Geórgia na NATO. Nessa altura, Londres colocou-se ao lado de Washington, no apoio à adesão destes países.

Mais tarde, na crise da Ucrânia e na anexação russa da Crimeia, em março de 2014, o Reino Unido e a Alemanha adotaram uma posição conjunta. O Primeiro-Ministro britânico David Cameron e a Chanceler Ângela Merkel condenaram a anexação da Crimeia pela Rússia e concordaram na aplicação de sanções económicas à Rússia, em conjunto com os restantes Estados-membros da União Europeia e os Estados Unidos. Contudo, a crise da Ucrânia evidenciava já uma alteração no estatuto de ambos os países na política europeia: enquanto Londres parecia assumir uma posição de retaguarda, de pouco protagonismo, senão mesmo ausência na resposta europeia ao revisionismo russo, a Alemanha assumia uma nova posição de liderança europeia e mudança da sua relação bilateral com a Rússia (Daehnhardt, 2015). A relação entre Londres e Berlim no pós-Guerra Fria não foi, evidentemente, desprovida de fricções e revelou vários momentos de divergência em política externa. O primeiro e mais decisivo no pós-Guerra Fria foi o desentendimento sobre a guerra do Iraque em 2003 e a crise transatlântica desencadeada pelas divergências americano-alemãs (Szabo, 2004). As respostas opostas do Primeiro-Ministro britânico Tony Blair e do Chanceler alemão Gerhard Schröder quanto à política intervencionista para o Médio Oriente da administração norte-americana de George W. Bush levaram Londres a posicionar-se do lado do aliado americano e a enviar tropas britânicas para a invasão do Iraque, ao passo que Berlim se opôs à política de Bush,

recusando-se a apoiar a operação militar e sinalizando que impediria a aprovação de uma Resolução das Nações Unidas que legitimasse a mesma (Fischer, 2011). Isto colocou a Alemanha ao lado da França e aproximou os dois países à Rússia do Presidente Vladimir Putin, numa dimensão de antiamericanismo que nunca esteve totalmente ausente da política externa alemã.

O segundo momento de desentendimento foi sobre a intervenção da NATO na Líbia, em março de 2011, que revelou de forma diferente a desunião europeia: enquanto a França e o Reino Unido aprovaram a Resolução 1973 do Conselho de Segurança das Nações Unidas a favor de uma intervenção aérea contra o regime líbio de Kaddafi, e a conduziram no seio da NATO, com o apoio tardio dos EUA, a Alemanha absteve-se de votar favoravelmente, colocando-se na prática ao lado das potências emergentes como a China, Rússia e Índia, que igualmente se abstiveram (Miskimmon, 2012).

Na União Europeia as divergências mais marcantes relacionavam-se com a questão da europeização, tanto da reforma institucional como de várias políticas. Quanto à primeira, enquanto o Reino Unido e a Alemanha apoiavam o alargamento da UE, Londres opunha-se continuamente a reformas institucionais que implicassem uma gradual perda ou partilha de soberania. Na realidade, a Grã-Bretanha consistentemente subestimou a ambição dos seus parceiros quanto à união económica e política (Cooper, 2012).

A área da política de segurança e defesa foi das poucas onde o Reino Unido desempenhou um papel ativo não apenas na formulação de políticas, mas também no desenvolvimento institucional da Política Europeia de Segurança Comum (PESD), ou Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) depois do Tratado de Lisboa. A Declaração franco-britânica de Saint Malo, assinada pelo Presidente Jacques Chirac e o Primeiro-Ministro Tony Blair, institucionalizou a PESD, segundo a qual a União devia dispor de capacidade de ação autónoma, apoiada em forças militares credíveis, de meios para decidir da sua utilização e disposição para fazê-lo, a fim de responder às crises internacionais. Não só foi a primeira vez que o Reino Unido deu um impulso decisivo a uma nova política da UE, como o fez em conjunto com a França, numa rara demonstração de liderança europeia franco-britânica, como ainda convenceu os Estados Unidos que a PESD não era uma política antiamericana nem contra a NATO.

Contudo, ao mesmo tempo que contribuía para o desenvolvimento institucional na área da segurança e defesa, o Reino Unido resistia às tentativas de tornar a União Europeia responsável pela defesa territorial na Europa, rejeitando comprometer a posição da NATO ou o seu próprio compromisso para com os EUA. Neste sentido, rejeitou todas as tentativas de promover uma autonomia de defesa europeia, como, por exemplo, a criação de um quartel-general permanente da UE para as operações militares. As repercussões desta divergência revelaram-se na “cimeira dos chocola-

tes”, em abril de 2003, em plena crise transatlântica, com a sugestão franco-alemã para que em Tervuren, na Bélgica, fosse construído o quartel-general de uma força de defesa europeia, onde o Reino Unido opôs-se a tal iniciativa, por rejeitar as premissões franco-alemãs de uma autonomia estratégica europeia.

“Brexit”: o Terramoto Político

O resultado do referendo de 23 de junho de 2016 sobre a permanência ou saída do Reino Unido da União Europeia provocou um terramoto político no Reino Unido, com repercussões em toda a União Europeia. Dentro do Reino Unido, a Irlanda do Norte manifestou-se a favor da permanência na União Europeia, assim como a Escócia. Nicola Sturgeon, a Primeira-Ministra da Escócia qualificou de “democraticamente inaceitável” a perspectiva de “a Escócia ser retirada da UE contra a sua vontade” (O’Leary, 2016).

Para a União Europeia, havia duas possibilidades de resposta ao “Brexit”: ou a União entrava em declínio acelerado e assegurava a sua sobrevivência, apenas como uma organização de livre comércio; ou então autodefinia-se de novo, reinventando-se através de maior coesão e flexibilidade para lidar com ameaças externas.

Num primeiro momento, a União Europeia saía enfraquecida pelo “Brexit” e pela possibilidade de nas eleições legislativas holandesas ou nas eleições presidenciais austríacas, disputadas depois do referendo britânico, os candidatos de partidos populistas e eurocéticos poderem vencer as eleições. Ao mesmo tempo, a viragem nacionalista na Hungria e na Polónia antecedeu o “Brexit” mas confirmava a fertilidade do terreno nacional populista em vários países europeus. Assim, a arquitetura europeia pós-Segunda Guerra Mundial foi desafiada pelo “Brexit” e constituiu o auge de uma Europa desunida e dividida, o que leva alguns a vaticinarem o fim do projeto de unificação europeu.

Como se pode explicar a vitória do “Brexit”? Uma das razões apontadas foi o aumento exponencial do fluxo migratório para a Europa debatida num contexto de crise dos refugiados que a Europa atravessa há vários anos e que atingiu o seu auge entre o Verão de 2015 e a altura de realização do referendo sobre o “Brexit”. O receio de que os imigrantes tirariam empregos aos trabalhadores britânicos, com implicações negativas para o sistema de ensino, saúde e habitação, levou muitos eleitores a considerar, erroneamente, que uma saída da UE permitiria ao Reino Unido reduzir a taxa de imigração e recuperar o bem-estar económico e social das famílias britânicas. Aproveitado pelos vetores eurocéticos de vários partidos, e não apenas pelo UKIP (United Kingdom Independence Party), o medo dos efeitos negativos da globalização e a instrumentalização das políticas de identidade (*identity politics*), esta terá sido uma razão de peso que levou os eleitores a optarem pela saída da UE.

Outra explicação é entender o “Brexit” como um voto contra as instituições europeias e um protesto contra o “défice democrático na UE”. A revolta e profunda desconfiança que os britânicos sentem relativamente às instituições europeias e o atestado de incompetência que lhe atribuem na resolução das várias crises (como a crise da zona euro, mesmo que esta não afetasse diretamente os eleitores britânicos, a crise dos refugiados, a ameaça e ocorrência de atentados terroristas e o populismo) tornou a opção do “Brexit” inevitável. Neste sentido, o voto é consequência do “défice democrático” que a maioria dos britânicos encontra nas instituições comunitárias, revelador da fraqueza das diversas lideranças europeias e, em última instância, da fragilidade e mesmo crise das democracias na Europa.

Por último, o “Brexit” pode ser entendido como um reposicionamento de duas formas do eixo europeu da política externa britânica. Primeiro, o “Brexit” permitiria distanciar Londres do “caos continental europeu” de crises simultâneas e o recuperar da soberania perdida. Para evitar a possibilidade de isolacionismo, Londres teria de fortalecer alianças com novos países e recuperar a aliança enfraquecida com os EUA.

Segundo, o “Brexit” pode ser visto como um voto contra a perda de poder relativo de Londres e contra a consolidação do poder de Berlim na União Europeia. Ao votar favoravelmente o “Brexit”, os ingleses votaram na diluição do projeto europeu e no enfraquecimento do poder da Alemanha em liderar esse projeto. A forma como a Alemanha irá responder terá implicações para a futura configuração da UE e da política externa da Alemanha. O receio de que uma UE mais sólida assente numa Alemanha cada vez mais poderosa (mesmo que uma Alemanha europeia) onde o estatuto do Reino Unido será cada vez menos relevante é um cenário que é percebido pela maior parte dos britânicos.

Implicações do “Brexit” para o Reino Unido

O “Brexit” foi uma rejeição da política europeia de Tony Blair. Retrospectivamente foi a exceção que confirmou a regra de um país cuja política externa sempre encontrou na dimensão extraeuropeia, ou extra-União Europeia, a sua dimensão privilegiada. Daí que a fação de opositores à integração na UE sempre tenha sido grande⁵. As negociações da UE com o Reino Unido, até maio de 2019, irão focar-se sobre as condições de saída, a estrutura básica sobre o futuro regime de comércio e envolvimento do Reino Unido na política externa e de segurança, bem como justiça e assuntos internos e serão extremamente complexas e com forte tendência para divi-

5 A troca de argumentos entre o jornalista pró-UE, Will Hutton, e a economista eurocética, Ruth Lea, em 2013, é ilustrativa de como a questão europeia sempre foi uma questão divisiva na sociedade britânica. Disponível em <https://www.theguardian.com/commentisfree/2013/jan/27/britain-europe-in-or-out-debate>.

dir os restantes 27 Estados-membros. Por agora, parece plausível a ideia de que o “Brexit” tornou uma saída da União menos atraente para outros Estados, pelos custos envolvidos e que reuniu os restantes 27 governos da UE em torno de uma causa comum (Legrain, 2017).

Para Denis MacShane:

“Um dos aspetos menos discutidos de ‘Brexit’ é o imenso dano que trará à posição da Grã-Bretanha como ator global de política externa. Muitos analistas concentram-se sobre o futuro relacionamento do Reino Unido com o mercado único e a união aduaneira da UE, o estatuto dos cidadãos da UE na Grã-Bretanha ou dos britânicos na Europa, ou o papel que o Tribunal de Justiça Europeu terá no Reino Unido. Mas a maior mudança quando a Grã-Bretanha deixar a UE será Londres desistir voluntariamente do lugar no fórum que decide sobre o futuro da Europa [...] É surpreendente que a elite de política externa do Reino Unido não tenha expressado essa preocupação. O foco esmagador no debate do ‘Brexit’ sobre o comércio e a imigração deixou de lado a perda da influência, que é sem precedentes na história britânica.” (MacShane, 2017).

Pela sua parte, os Estados Unidos vão avaliar o “Brexit” não apenas em função da relação bilateral mas em termos do que significa para a relação entre os Estados Unidos e a UE: Washington terá de reforçar as suas relações com os restantes países membros da UE, em detrimento das relações com o Reino Unido. Para além da Alemanha, a França e a Polónia certamente gostariam de tornar-se o aliado preferencial dos Estados Unidos. Contudo, perante a contínua imprevisibilidade da política transatlântica de Donald Trump, não é claro que esta será a opção seguida por Washington.

Implicações do “Brexit” para a Alemanha

Pouco depois do voto sobre o “Brexit”, Anna Sauerbrey (2016) comentava no *New York Times* que “o ‘Brexit’ irá cimentar o papel da Alemanha como líder do continente [europeu] – um papel com o qual nem a Alemanha nem mais ninguém está completamente confortável”. Para Judy Dempsey (2017) “a Alemanha perdeu um aliado. Para Berlim, o impacto político, económico e psicológico do ‘Brexit’ não deve ser subestimado. A menos que a França tome uma decisão radical e fundamental de reforma, o ‘Brexit’ significará que a mudança na bússola geoestratégica e política da UE faz da Alemanha o líder inquestionável na Europa”. Em Berlim, a Chanceler Merkel considerou que o “‘Brexit’ não é apenas um acontecimento qualquer (...). É uma quebra profunda na História da integração europeia e, por isso, é necessário encontrar uma resposta cuidadosa” (Sandford, 2016). Para o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Frank-Walter Steinmeier, “é responsabilidade da Alemanha e da França providenciar orientação” na definição de políticas de segurança e de migração comuns e de convergência económica, como escreveu

em conjunto com Jean-Marc Ayrault, então o seu homólogo francês num documento intitulado “Uma Europa forte num mundo de incertezas” (Spiegel, 2016).

Assim, a Alemanha vê a sua margem de manobra de atuação alargada ao passo que as expectativas sobre a Alemanha por parte dos vizinhos continuam também a aumentar. Numa primeira fase, a política europeia alemã seguiu uma política de limitação dos custos políticos e estratégicos que o “Brexit” implica. Merkel segue uma linha Kohleana ao reunir-se com os seus parceiros europeus, com o argumento de que o Reino Unido vai ter de manter uma ligação especial com a União, pelas seguintes razões: por um lado, há o interesse económico alemão no mercado britânico como um dos principais destinos das exportações alemãs; por outro lado, porque a posição da Alemanha numa Europa sem o Reino Unido é mais facilmente sentida como excessiva pelos seus parceiros.

Nesse sentido, a Alemanha não tem interesse em que o Reino Unido saia da União. Na última década, a Alemanha, sob liderança da Chanceler Ângela Merkel tornou-se mais intergovernamental, com o método da União a prevalecer sobre o método comunitário, onde Berlim surge como defensora do seu interesse nacional de uma forma mais assertiva. A retirada do Reino Unido da UE confirma a posição de domínio da Alemanha dentro da UE, daí que esta, para evitar ser isolada ou criticada por uma liderança unilateral, terá que reforçar a sua capacidade e habilidade em forjar coligações com vários outros Estados-membros, para diluir o potencial aumento de críticas quanto à sua nova posição dominante (Stelzenmüller, 2016). Sendo a Alemanha um Estado cuja legitimidade de atuação permanece dependente do seu ancoramento na estrutura institucional da UE através de uma política fortemente europeizada, ela é a mais interessada em preservar a ordem existente, ou seja, a de uma União Europeia relevante no contexto do espaço Euro-Atlântico, onde o Reino Unido poderá manter a ligação através da cooperação económica e militar.

Contudo, é preciso sublinhar que a posição da Alemanha já tinha começado a mudar. A partir de 2014, presenciámos uma liderança alemã durante a crise da Ucrânia e em resposta à anexação russa da Crimeia, com um papel mais ativo na política de segurança e defesa, como atesta o seu “Livro Branco da Defesa”, publicado um mês depois do resultado do “Brexit”, em julho de 2016. Nele, Berlim, mesmo que não o verbalize publicamente, aceita critérios adicionais de definição da sua política externa, como o regresso da geopolítica e a emancipação europeia, numa lógica não de alteração do *status quo*, mas antes da sua preservação. Num artigo publicado na revista *Foreign Affairs*, em 2016, intitulado *Germany's New Global Role*, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão e atual Presidente da Alemanha, Frank-Walter Steinmeier (2016), argumentava que o país interviria militarmente se necessário para responder a crises internacionais, ao mesmo tempo que falava na necessidade de partilhar o fardo da liderança com os seus parceiros euro-

peus. O “Brexit” produziu ainda repercussões sobre a relação franco-alemã, podendo levar a duas alternativas: o enfraquecimento ou o reforço desta relação bilateral. Até às eleições presidenciais francesas de maio de 2017 prevaleceu a primeira alternativa, o receio de um enfraquecimento do motor franco-alemão devido à discrepância de poder político e económico, às crescentes divergências entre a Alemanha e França na resolução de crise da zona euro e dos refugiados e o receio de que um aprofundamento da relação bilateral pudesse aumentar o número de votos para Marine Le Pen, a candidata presidencial do Partido Frente Nacional. Neste contexto aumenta o desequilíbrio entre ambos os países numa relação bilateral tradicional onde o papel da França é cada vez mais secundarizado. Ao mesmo tempo, a França tem que gerir estrategicamente o seu posicionamento entre os países do Sul da Europa e a Alemanha.

O resultado das eleições presidenciais francesas, com a eleição de Emanuel Macron, em junho de 2017, e a possível reeleição de Ângela Merkel para um quarto mandato como Chanceler da Alemanha sugerem a confirmação, de momento, da segunda alternativa, onde, perante os diferentes cenários de instabilidade europeia, uma revitalização do motor franco-alemão pode constituir a alavancagem para responder aos desafios e ao recuo do Reino Unido do centro da política europeia. Numa política comunitária, em particular a da segurança e defesa, o “Brexit” serviu de catalisador para uma revitalização e mesmo um aprofundamento da Política Comum de Segurança e Defesa, o que é paradoxal tendo em conta que a PCSD foi das poucas políticas impulsionadas pelo Reino Unido, em conjunto com a França.

“Brexit” e a Defesa Europeia: o Aprofundamento da PCSD?

O “Brexit” prejudica a credibilidade da defesa comum europeia: a saída do Reino Unido, a maior potência militar da UE, da União em 2019, equivale ao recuo de um dos impulsionadores da PCSD, aquele que mais gasta em defesa em termos totais (com 2% do PIB) e que tem o maior número de forças terrestres expedicionárias.

A posição inglesa após o “Brexit” é garantir a continuação do compromisso com a defesa e a segurança europeias e complementaridade e reforço mútuo entre UE e NATO. Mas, simultaneamente, o “Brexit” significa que a PCSD pode avançar, apesar de ter perdido o seu principal Estado-membro. A saída do Reino Unido significa o fim do veto britânico que paralisava decisões sobre política de defesa e que impedia o desenvolvimento de capacidades militares europeias comuns, incluindo a criação de estruturas permanentes de comando e controlo da UE. Muito dependerá dos resultados das negociações do “Brexit”, que no domínio da defesa não se avizinhavam excessivamente complexas pelo reduzido grau de integração até agora alcançado. O que parece indicativo do novo relacionamento é que mesmo que o Reino Unido contribua no futuro com recursos para as missões militares da UE, não

poderá participar na tomada de decisões sobre a PCSD após a sua saída da União. Depois do “Brexit”, a NATO será o único fórum de cooperação de defesa entre o Reino Unido, a França e a Alemanha, onde Londres poderá codecidir coletivamente (Daehnhardt, 2017).

Tal não deixa de ter um sabor amargo para o Reino Unido se tivermos em conta o papel da UE enquanto ator de segurança internacional partiu da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) originalmente criada entre a França e o Reino Unido. A Alemanha esteve ausente deste “arranque” franco-britânico, há duas décadas atrás, já que ela mantinha uma cultura reticente quanto à participação alemã em intervenções militares internacionais – uma *kultur der zuruckhaltung* – onde o instrumento militar só podia servir os interesses políticos em último recurso, sendo o oposto do que tanto Londres como Paris praticavam na sua política de segurança e defesa (Daehnhardt, 2013).

A França goza de uma cultura estratégica diferente que a leva a intervir militarmente e por vezes de forma unilateral, mesmo que prefira fazê-lo em coligação com os seus aliados. Daí que a posição da França nunca foi fácil, como refere Daniel Keohane “o problema para a França é que tem estado presa entre uma Alemanha relutante em usar força militar robusta no exterior e um Reino Unido relutante em agir militarmente através da União Europeia” (Keohane, 2017).

Mas o “Brexit” levou a um avanço franco-alemão em matéria de defesa europeia. No Conselho Europeu de Bratislava, em 16 de setembro de 2016, a França e a Alemanha propuseram uma iniciativa comum quanto a uma “união de defesa” da UE. A ideia não é nova, mas sempre se deparou com o veto britânico. O objetivo declarado pela Ministra da Defesa alemã depois do “Brexit” foi dar um novo dinamismo à PCSD e um impulso à cooperação militar. Para Ursula von der Leyen, a Alemanha deve “assumir mais responsabilidade internacional” no que pode ser visto como um “Schengen da defesa”, que promova uma maior integração de defesa entre os Estados-membros que queiram prosseguir no reforço da defesa europeia (Deutsche Welle, 2016). A Alemanha e a França elaboraram planos para uma cooperação mais estreita de defesa da UE, incluindo um quartel-general militar comum e uma mais rápida implantação de missões no exterior. Missões militares da UE, como a operação Sophia ou a operação Atalanta, junto à costa da Somália, devem no futuro ser comandadas a partir de um quartel-general militar europeu.

Como já foi referido, o “Brexit”, a eleição de Donald Trump e a incerteza quanto ao papel dos Estados Unidos na segurança e defesa da Europa deram um novo impulso para a integração da defesa europeia: o *zeitgeist* da defesa europeia de momento é o da revitalização da política de defesa europeia e mais cooperação conjunta na defesa. O Presidente francês Emanuel Macron é favorável à integração militar europeia e à possibilidade de uma renovada cooperação franco-alemã e integração militar. Esta nova dinâmica levou já à criação de novas estruturas de

defesa: o Fundo Europeu de Defesa (*European Defence Fund*), para alocação de fundos para projetos conjuntos; o CARD (*Coordinated Annual Review on Defence*) para a coordenação de planos nacionais de defesa, e a criação de um quartel-general, uma estrutura de comando para coordenação de operações militares, nomeadamente a *Military Planning and Conduct Capability* (MPCC)⁶.

O Conselho Europeu de junho de 2017 decidiu avançar em concreto com a Cooperação Estruturada Permanente (*Permanent Structured Cooperation*, PESCO), entre os “Estados-membros cujas capacidades militares preenchem critérios mais elevados e que tenham assumido compromissos mais vinculativos uns aos outros nesta área, tendo em vista as missões mais exigentes”⁷. Tanto a Alemanha como a França defendem o reforço deste mecanismo previsto no Tratado de Lisboa, mas com intuítos diferentes. A França defende uma perspetiva mais ambiciosa para a formação de um núcleo de defesa europeu e para o desenvolvimento de capacidades e missões no terreno, ao passo que a Alemanha tem uma perspetiva mais abrangente para incluir maior número de países na defesa europeia, consolidando a integração e a legitimidade institucional da política de defesa europeia. Também no que se refere ao financiamento de recursos do Fundo Europeu de Defesa, a Alemanha privilegia a agenda política da defesa com uma componente militar limitada, enquanto a França prefere uma cooperação militar intergovernamental forte (Scheffer e Quencez, 2017).

Mais recentemente, a Alemanha e a França defenderam a “autonomia estratégica” – um dos princípios-chave da Estratégia Global da União Europeia, de junho de 2016 – da União na sua PCSD (Gutschker, 2017). Na reunião bilateral sobre defesa entre Berlim e Paris, em meados de julho de 2017, saiu uma proposta conjunta franco-alemã sobre como reforçar a PESCO, ou seja, a capacidade operacional da UE: Estados-membros que possuam capacidades e vontade política podem proceder de forma mais intensiva ao desenvolvimento das suas capacidades de defesa. Segundo esta proposta franco-alemã, os Estados devem ser submetidos a uma auditoria anual sobre as suas capacidades pela Agência Europeia de Defesa (AED), o que seria elevaria a importância desta. A prontidão das forças para missões con-

6 O Fundo Europeu de Defesa pode facilitar a colaboração de aquisição entre Estados-membros, o que pode conduzir à gradual sincronização de adaptação dos ciclos de planeamento de defesa e reforçar a cooperação entre a Comissão Europeia e a Agência Europeia de Defesa em relação à identificação das principais capacidades de defesa. Em 22 de junho de 2017 os Estados-membros decidiram atribuir 1,5 mil milhões de euros por ano ao FED, em parte para o financiamento dos *battlegroups*.

7 O Conselho Europeu, de 22 de junho de 2017 decidiu a implementação da PeSCo, possibilitando uma maior integração na defesa europeia. Até finais de setembro, os Estados-membros apresentarão uma lista comum de critérios e compromissos, e projetos concretos de criação conjunta de sinergias e de capacidades.

juntas e o aumento da sua interoperabilidade são outros pontos referidos, assim como o objetivo de tornar o processo de decisão política sobre a projeção de forças mais célere. Esta visão de longo-prazo não prejudicará a NATO, que continuará a ser a pedra angular da defesa coletiva dos seus membros. Ao mesmo tempo, porque a área da segurança e defesa é uma política central da União Europeia, não deverão ser colocados impedimentos a uma futura cooperação de segurança e defesa entre o Reino Unido “pós-Brexit” e a União Europeia. Para alguns, o “Brexit” deverá levar a um reforço da cooperação militar trilateral entre o Reino Unido, a Alemanha e a França (Keohane, 2017). A cooperação franco-britânica que levou aos Acordos de Lancaster House, em novembro de 2010, fora do âmbito da PCSD, é um modelo que poderia ser alargado à participação da Alemanha. Tanto a União Europeia como o Reino Unido têm um interesse em manter a cooperação no domínio da defesa europeia. A NATO permanecerá fundamental à defesa da Europa e do Reino Unido. Mas a União Europeia, com uma panóplia mais diversificada de instrumentos para a gestão de crises e a estabilização da Europa continuará a ser um parceiro importante para o Reino Unido.

Conclusão

Ainda é demasiado cedo para avaliar as consequências do “Brexit” para a segurança da União Europeia e a capacidade da UE para agir como ator global. O *zeitgeist* atual favorável ao reforço da defesa europeia pode ser uma reação ao “Brexit” e à eleição de Donald Trump, e uma antecipação dos europeus face às repercussões desestabilizadoras destes dois choques no seio do espaço Euro-Atlântico, mais do que reflexo de um novo dinamismo onde a vontade política dos 27 Estados-membros da União Europeia corresponde a um verdadeiro objetivo comum.

Mas no que se refere às consequências para as políticas externas do Reino Unido e da Alemanha podemos concluir que à atual trajetória de afirmação da Alemanha na Europa corresponde, inversamente, e por opção britânica, a trajetória de recuo europeu do Reino Unido. Este novo desequilíbrio nas relações entre os Estados europeus pode ser atenuado se o Reino Unido finalmente encontrar o seu papel pós-imperial de que falava Dean Acheson, e não optar pela sua retirada do palco internacional, e se a Alemanha se afirmar gradualmente como “potência do meio”, não agindo unilateralmente mas em coligação com um (França) ou mais Estados-membros da União.

Referências

- Blair, T., 1999. Making the case for Britain in Europe. Discurso na London Business School. Reproduzido em *The Guardian*, 27 julho. Disponível em <https://www.theguardian.com/business/1999/jul/27/emu.theeuro2>.

- Blair, T., 2001. Discurso no European Research Institute. Reproduzido em *The Guardian*, 23 novembro. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/2001/nov/23/euro.eu1>.
- Bush, G., 1989. A Europe whole and free. Discurso proferido pelo Presidente norte-americano em Mainz, RFA, em 31 maio. Disponível em <https://usa.usembassy.de/etexts/ga6-890531.htm>.
- Cooper, R., 2012. Britain and Europe. *International Affairs*, 88(6), pp. 1191-1203.
- Daehnhardt, P., 2011. As transformações da política europeia da Alemanha. *Política Internacional e Segurança*, 1(5), pp. 53- 75.
- Daehnhardt, P., 2013. A Alemanha e as intervenções militares internacionais: a persistência da ‘kultur der zurückhaltung’. *Relações Internacionais* n° 40, pp. 133-156.
- Daehnhardt, P., 2015. A crise na Ucrânia e a Alemanha: o novo paradigma de liderança estratégica europeia? *Relações Internacionais* n° 45, pp. 5-24.
- Daehnhardt, P., 2017. “Segurança Euro-atlântica após Trump: as Relações entre a União Europeia/PCSD e a NATO”. In: V. R. Viana e I. F. Nunes, eds., *Segurança Europeia*, pp. 315-331 (no prelo).
- Deutsche Welle, 2016. In Lithuania, von der Leyen backs EU ‘defense union’. *Deutsche Welle*, 8 de setembro. Disponível em <http://www.dw.com/en/in-lithuania-von-der-leyen-backs-eu-defense-union/a-19537386>.
- Dempsey, J., 2017. Germany after Brexit. *Carnegie Europe*, 30 março. Disponível em <http://carnegieeurope.eu/strategieurope/?fa=68459>.
- Gaspar, C., 2015. “Grã-Bretanha”. In: M. R. Freire, ed., *Política Externa: as Relações Internacionais em Mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 267-298.
- Dumbrell, J., 2001. *A Special Relationship: Anglo-American Relations in the Cold War and After*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Fischer, J., 2000. From Confederacy to Federation: Thoughts on the Finality of European Integration. Universidade de Humboldt, Berlim, 12 de maio. Disponível em www.auswaertigesamt.de/www/de/infoservice/download/pdf/reden/2000/r000512a.pdf
- Fischer, J., 2011. *I am not convinced*”. *Der Irak-Krieg und die rot-grünen Jahre*. Köln: Kiepenheuer & Witsch.
- Foreign Affairs*, 2017. What was the Liberal Order? The World we may be losing. Março. Disponível em https://www.foreignaffairs.com/system/files/pdf/anthologies/2017/b0033_0.pdf.
- Gutschker, T., 2017. Berlin und Paris für „strategische Autonomie“ in Verteidigungspolitik”. *Frankfurter Allgemeine Sonntagszeitung*, 30 de julho. Disponível em <http://www.faz.net/aktuell/politik/ausland/f-a-s-exklusiv-berlin-und-paris-fuer-strategische-autonomie-in-verteidigungspolitik-15128065.html>.

- Hill, C., 1996. "The United Kingdom and Germany". In: B. Heurlin, ed., *Germany in Europe in the Nineties*. Basingstoke: Macmillan Press, pp. 222-240.
- Hutton, W. e Lea, R., 2013. Does Britain's destiny lie at the heart of Europe? *The Guardian*, 27 de janeiro. Disponível em <https://www.theguardian.com/commentisfree/2013/jan/27/britain-europe-in-or-out-debate>.
- Janning, J. e Möller, A., 2016. Leading from the centre: Germany's role in Europe. *European Council on Foreign Relations*, 13 de julho. Disponível em http://www.ecfr.eu/publications/summary/leading_from_the_centre_germanys_role_in_europe_7073.
- Keohane, D., 2017. Three's company? France, Germany, the UK and European defence post-Brexit. *Real Instituto Elcano*, 1 de maio. Disponível em http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano_en/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_in/zonas_in/ari1-2017-keohane-threes-company-france-germany-uk-european-defence-post-brexit.
- Legrain, P., 2017. Europe's rocky recovery. *Project Syndicate*, 28 de julho. Disponível em <https://www.project-syndicate.org/onpoint/europes-rocky-recovery-by-philippe-legrain-2017-07?barrier=accessreg>.
- Deutsche Welle, 2016. In Lithuania, von der Leyen backs EU 'defense union'. *Deutsche Welle*, 8 de setembro. Disponível em <http://www.dw.com/en/in-lithuania-von-der-leyen-backs-eu-defense-union/a-19537386>.
- Macshane, D., 2017. Brexit and the Decline of British Foreign Policy. *Carnegie Europe*, 27 de julho. Disponível em <http://carnegieeurope.eu/strategieurope/72665?lang=en>.
- Miskimmon, A., 2012. German Foreign Policy and the Libya Crisis. *German Politics*, 21(4), pp. 392-410.
- Münkler, H., 2015. *Macht der Mitte. Die neuen Aufgaben Deutschlands in Europa*. Hamburg: Korber Stiftung.
- O'Leary, E., 2016. New Scotland independence referendum 'highly likely': Sturgeon". *Reuters*, 24 de junho. Disponível em <http://www.reuters.com/article/us-britain-eu-scotland-idUSKCN0ZA0S2>.
- Peel, Q. e Carnegie, H., 2013. Europe: An uneven entente. *Financial Times*, 20 janeiro. Disponível em <https://www.ft.com/content/37c2ae62-6182-11e2-9545-00144feab49a>.
- Sandford, A., 2016. Merkel calls Brexit a 'deep break' in EU integration. *Euronews*, 26 de Agosto. Disponível em <http://www.euronews.com/2016/08/26/merkel-calls-brexit-a-deep-break-in-eu-integration>.
- Sauerbrey, A., 2016. After Brexit, Can Germany Lead Europe alone? *The New York Times*, 4 de julho. Disponível em <https://www.nytimes.com/2016/07/05/opinion/after-brexit-can-germany-lead-europe-alone.html>.
- Scheffer, A. de H. e Quencez, M., 2017. Will Europe's Defense Momentum lead to anything? *German Marshall Fund* 22. Disponível em <http://www.gmfus.org/publications/will-europes-defense-momentum-lead-anything>.

- Simms, B., 2013. *Europe: The Struggle for Supremacy, from 1453 to the Present*. New York: Basic Books.
- Spiegel, 2016. *Deutschland und Frankreich werben für eine flexible EU*. *Spiegel*, 24 de junho. Disponível em <http://www.spiegel.de/politik/deutschland/brexit-frank-walter-steinmeier-und-ayrault-werben-fuer-flexible-eu-a-1099698.html>.
- Steinmeier, F.-W., 2016. Germany's New Global Role. *Foreign Affairs*, July-August, pp. 106-113. Disponível em <https://www.foreignaffairs.com/articles/europe/2016-06-13/germanys-new-global-role>.
- Stelzenmüller, C., 2016. A newly confident and audacious Germany. *The Washington Post*, 14 de julho. Disponível em https://www.washingtonpost.com/opinions/global-opinions/germanys-new-road-map-of-responsibility/2016/07/14/af8e4676-49e7-11e6-90a8-fb84201e0645_story.html?utm_term=.f53b507af1b6.
- Szabo, S. F., 2004. *Parting Ways: The Crisis in German-American Relations*. Washington: Brookings Institution Press.
- Thatcher, M., 1993. *The Downing Street Years*. London: Harper Collins.
- Walt, S., 2016. The Collapse of the Liberal World Order. *Foreign Policy*, 28 de junho. Disponível em <http://foreignpolicy.com/2016/06/26/the-collapse-of-the-liberal-world-order-european-union-brexit-donald-trump/>.